

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

**O Globo**

[Título: Energia sem idade](#) ..... 2

**Folha de S. Paulo**

[Título: Política de incentivo a biocombustíveis pode elevar preços](#) ..... 7

**Valor Econômico**

[Título: Chineses e indianos podem dominar leilão de transmissão](#) ..... 10

**Sumário**

|                                                                             |          |
|-----------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo</b> .....                                               | <b>2</b> |
| Título: Energia sem idade .....                                             | 2        |
| Título: Poder em Jogo .....                                                 | 3        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo</b> .....                                  | <b>4</b> |
| Título: Abertura de capital da BR Distribuidora rende R\$ 5 bi .....        | 4        |
| Título: Câmara estende até 2040 incentivo a petroleiras .....               | 6        |
| Título: Força-tarefa denuncia ex-gerente e outros 3 .....                   | 6        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo</b> .....                                     | <b>6</b> |
| Título: Linha de transmissão da usina de Belo Monte entra em operação ..... | 6        |

|                                                                          |          |
|--------------------------------------------------------------------------|----------|
| Título: Política de incentivo a biocombustíveis pode elevar preços ..... | 7        |
| Título: AM autoriza garimpo ao longo do rio Madeira .....                | 8        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                    | <b>9</b> |
| Título: Energia eólica pode reduzir custo do setor elétrico .....        | 9        |
| Título: Chineses e indianos podem dominar leilão de transmissão.....     | 10       |
| Título: TPG vence disputa por ativos operacionais da Abengoa.....        | 12       |
| Título: Petrobras capta R\$ 5 bi com IPO da BR Distribuidora .....       | 14       |
| Título: B3 eleva previsão de ganho de sinergia com fusão .....           | 16       |
| Título: Curtas .....                                                     | 17       |
| Título: Destaques .....                                                  | 18       |

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Opinião**

**Autor: Adriano Pires e Xisto Vieira Filho**

**Título: Energia sem idade**

No setor elétrico brasileiro existem fatos bastante curiosos ou, como se diz popularmente, está cheio de jabuticabas. Uma delas é o conceito criado de "idade da energia. Sim, é isto mesmo, no governo anterior, os "pensadores" que concebiam as regras para o setor estabeleceram que o elétron que supre o consumidor passaria a ter idade. Para materializar essa ideia revolucionária, criaram o conceito de "energia nova" e "energia velha" ou "energia existente".

Mas o que havia, efetivamente, por trás disso? Havia uma espécie de promessa política de que jamais haveria falta de energia na "história deste país" como se pudéssemos assegurar chuvas abundantes eternamente.

Foram criados leilões para o chamado mercado cativo e fez-se a tal subdivisão energia nova e energia velha para tentar assegurar novos projetos de usinas e, dessa forma, garantir a expansão da oferta. Por um lado, isso aparentemente tem uma lógica de tentar atrair novos projetos, enquanto que, por outro, acaba exercendo uma reação completamente inadequada de alijar as usinas existentes e desconstruindo qualquer processo competitivo que pudesse estabelecer menores preços. No fundo, o novo modelo não funcionou e acabou por impor à

força a presença estatal, sendo isso uma das principais razões que agravaram a situação fiscal do país.

A rigor, a lógica em estabelecer uma divisão entre a chamada energia velha e a nova é puramente intervencionista, pois parte da premissa (errônea) de que uma usina térmica, por exemplo, não seria jamais desmobilizada, mesmo que reguladores se tivesse sem contratos firmes, e que teria preocupam, obrigatoriamente, que oferecer energia nos chamados leilões de energia existente estabelecidos com prazos menores e, obviamente, com preços menores. Tal premissa era largamente usada quando as estatais eram "convidadas" a assumir as taxas de retorno patrióticas e entrar nos leilões, mesmo que as condições de preço e prazo não levassem a condições financeiras adequadas. Na realidade, o governo e órgãos reguladores sempre se preocupam muito mais com o eventual ganho do investidor do que em garantir energia com preços justos ao consumidor.

O atual **ministro de Minas e Energia** está procurando corrigir os equívocos do governo anterior, que levaram o setor elétrico a uma situação preocupante com a adoção de regras de mercado. Nesse sentido, não tem lógica alguma essa divisão energia velha e energia nova. Ou seja, o importante é estabelecer os critérios para aceitação de um determinado empreendimento nos leilões. O fato de a usina ser nova ou velha não interessa. O que deve prevalecer é se ela atende a todas as exigências do edital do leilão.

É preciso entender que, com o término do contrato de uma usina existente, o agente setorial somente permanecerá conectado se houver rentabilidade no empreendimento. Ou seja, se houver um novo contrato, com preços e prazos adequados que garantam a rentabilidade exigida por aquela usina. Caso contrário, haverá um incentivo para a desmobilização da usina.

Do ponto de vista do consumidor, o importante é ter garantia de abastecimento ao menor preço possível, não importando em nada se a energia é velha ou nova.

**Adriano Pires** é diretor do Centro Brasileiro de InfraEstrutura, e Xisto Vieira Filho é presidente da Associação Brasileira de Geração Térmica

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** País / colunas

**Autor:** Lydia Medeiros

**Título:** Poder em Jogo

**Sem apagão**

Estão cadastrados 53.424 MW para o leilão de geração de energia que a Aneel realizará na próxima quarta-feira. O número equivalente a um terço de toda a capacidade de geração do país. Do total, 21.560 MW (40,4%) serão oriundos de 23 usinas termelétricas a gás natural de grande porte. O setor elétrico teme que haja uma concentração de projetos nas mãos de poucas empresas, especialmente no momento em que a economia começa a melhorar, e que não haja capacidade para atender a nova demanda.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Fernanda Guimarães**

**Título: Abertura de capital da BR Distribuidora rende R\$ 5 bi**

### **Mercado de capitais.**

Foi a maior oferta de ações registrada na bolsa brasileira desde 2013; procura de investidores estrangeiros e locais foi três vezes superior ao volume de ações ofertadas, mas preço ficou no valor mínimo estabelecido para a operação

A Petrobrás vai colocar em seu caixa R\$ 5,024 bilhões com a abertura de capital da BR Distribuidora, subsidiária de distribuição de combustíveis. Com a operação, a petroleira se desfez de 30% da companhia e deu um passo importante em seu plano bilionário de venda de ativos. O primeiro pregão da BR na Bolsa brasileira será amanhã.

Essa é a maior abertura de capital registrada no País desde 2013, quando a BB Seguridade movimentou cerca de R\$ 11 bilhões. A maior oferta de ações deste ano, até então, havia sido a do Carrefour Brasil, com um giro de R\$ 4,9 bilhões.

A operação da BR Distribuidora podia movimentar até R\$ 7,5 bilhões, mas acabou saindo abaixo disso porque o valor da ação ficou em R\$ 15 - a faixa de preços estabelecida para essa operação ia de R\$ 15 a R\$ 19. Não foi por falta de interesse dos investidores, já que a demanda superou a oferta em quase três vezes, conforme apurou o Estadão / Broadcast. O problema é que as ordens de compra ficaram no preço mais baixo da faixa.

Foram vendidas 334,9 milhões de ações, o que indica que além do lote principal foi alocado um lote suplementar. A BR chegou perto de fazer seu IPO em 2015, mas o agravamento da crise política e econômica fez com que a empresa voltasse atrás. Depois disso, a tentativa foi de uma venda direta a um investidor privado.

O ativo chamou a atenção de fundos de investimentos, como o Advent, além de grupos estratégicos nacionais e multinacionais. Os potenciais interessados fizeram uma pressão para que a Petrobrás vendesse o controle da BR Distribuidora, o que desagradou a petroleira. Além disso, o processo de venda chegou a ser atrasado por conta de bloqueio pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

### **Plano de vendas.**

Com a abertura de capital, a Petrobrás começa a dar ritmo para atingir sua meta de desinvestimento de US\$ 21 bilhões entre os anos de 2017 e 2018. Para o fim do ano que vem, o objetivo é sair do índice de alavancagem de 5,3 vezes registrados em 2015, quando a petroleira estava no epicentro da crise, para 2,5 vezes. Esse indicador é uma relação da dívida líquida da empresa e do Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

No ano passado, a Petrobrás anunciou a venda de 90% de seu gasoduto Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para um consórcio liderado pela gestora canadense Brookfield. O negócio, de US\$ 4,2 bilhões, foi concluído no início deste ano.

Agora, a companhia está em negociações para a venda do gasoduto NtN, da região Norte e Nordeste do País. O processo está em andamento e tem atraído investidores. A Liqueigás, negócio de botijão de cozinha da petroleira, foi vendido para o grupo Ultra, dono da rede de combustíveis Ipiranga, segunda maior do País. Esse negócio, contudo, ainda depende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e enfrenta resistência, uma vez que o Ultra é dono da Ultragaz e a transação é considerada complexa, por concentração de mercado em alguns Estados.

A oferta da BR Distribuidora, por ser do tipo secundária, faz com que os recursos levantados não sejam repassados ao caixa da empresa e sim ao caixa dos acionistas - neste caso, a Petrobrás. Os bancos coordenadores da abertura de capital da BR foram o Citi, Bank of America Merrill Lynch, BB Investimentos, Bradesco BBI, Itaú BBA, JP Morgan, Morgan Stanley e Santander. Ontem, os banqueiros passaram o dia inteiro em Nova York para concluir a operação, finalizando as conversas com os investidores estrangeiros.

Com essa oferta, o volume neste ano de emissão de ações já se aproxima dos R\$ 40 bilhões. Hoje, serão definidos os preços das ações do Burger King Brasil e da Neoenergia. A empresa de energia, no entanto, poderá suspender sua oferta, visto que até o momento não conseguiu atrair os investidores.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor:****Título: Câmara estende até 2040 incentivo a petroleiras**

A Câmara aprovou a MP 795 que estende de 2020 a 2040 benefícios fiscais, inclusive para importação de máquinas e equipamentos, a petrolíferas que atuarão no pré-sal e pós-sal. Os deputados já haviam aprovado a MP do Repetro na semana passada, mas tiveram de rever a proposta, pois o Senado mudou o texto, reduzindo o prazo do programa para 2022. O texto segue para sanção presidencial.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Política****Autor:****Título: Força-tarefa denuncia ex-gerente e outros 3**

A força-tarefa da Lava Jato denunciou ontem o ex-gerente de Suporte Técnico de Dutos e Terminais Norte-Nordeste da Transpetro José Antônio de Jesus e mais três investigados por corrupção e lavagem de dinheiro. A acusação aponta que o ex-dirigente da subsidiária da Petrobrás recebeu R\$ 7,5 milhões em propinas, pagas pela empresa NM Engenharia. A reportagem não conseguiu contato com a defesa do ex-gerente.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Seção: Mercado****Autor:****Título: Linha de transmissão da usina de Belo Monte entra em operação**

Da REUTERS- Uma linha de transmissão de energia da hidrelétrica de Belo Monte, que levará do Norte ao Sudeste a produção da usina, entrou em operação comercial na terça-feira (12), com dois meses de antecedência, depois de a chinesa State Grid e a Eletrobras recuperarem o atraso das obras, após protestos da população local.

Originalmente, a energia de Belo Monte seria escoada primeiro por uma grande linha sob responsabilidade da Abengoa, mas a empresa abandonou o empreendimento em meio a uma crise financeira no final de 2015.

Com mais de 2.000 quilômetros em extensão, a operação do linhão é vista como fundamental por autoridades brasileiras, uma vez que a falta de capacidade

para levar a energia de Belo Monte ao sistema elétrico — com os problemas da Abengoa — já impedia a usina no rio Xingu de ligar turbinas adicionais.

A limitação ainda aconteceu em um momento de alta nos custos da eletricidade no Brasil devido ao baixo nível nos reservatórios de hidrelétricas, principal fonte de energia do país.

Com a antecipação da entrada em operação do linhão, o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) indicou no início do mês que seria descartado o uso de térmicas mais caras.

Considerada a maior linha de transmissão de corrente contínua da América Latina, o linhão teve investimento aproximado de R\$ 5 bilhões.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** TAÍS HIRATA - DE SÃO PAULO

**Título:** Política de incentivo a biocombustíveis pode elevar preços

Aprovado pelo Congresso nesta semana, RenovaBio ainda gera dúvida entre analistas

O RenovaBio, política de incentivo a biocombustíveis recém-aprovada pelo Congresso, ainda levanta dúvidas sobre seu impacto no preço dos combustíveis. Parte dos analistas prevê um encarecimento e questiona o modelo adotado.

A alta ocorreria porque o programa cria metas de redução de emissão de carbono para as distribuidoras de combustíveis. Caso as empresas não as cumpram, terão de comprar créditos de descarbonização, emitidos por produtores de biocombustível. Esse custo adicional certamente será repassado ao consumidor, segundo Samuel Pessoa, economista da FGV e colunista da Folha.

Segundo estudos do **Ministério de Minas e Energia**, porém, não necessariamente haverá aumento — e, caso ocorra, o impacto na inflação será de, no máximo, 0,6% em um prazo de dez anos, afirma o coordenador de biocombustíveis da pasta, Ricardo Gomide. Para o órgão, há mais chance de haver uma redução dos preços do que uma alta — a probabilidade de queda seria de 70%, a depender das metas estabelecidas.

O argumento é que os produtores serão incentivados a ampliar a produtividade, o que levaria à diminuição. "Pode ter aumento em razão do repasse, mas a

renda adicional que o crédito dá para os produtores reduzirá o preço do etanol. Uma coisa compensa a outra", diz.

Para Fabio Silveira, sócio-diretor da Macrosector, "não há dúvida" de que haverá elevação dos preços — a alta, porém, é justificada pelos ganhos ambientais, diz ele.

Há também críticas ao modelo de créditos de carbono — que seria mais complexo e custoso do que apenas adaptar o Cide para que o tributo possa funcionar como uma política estável de incentivo, defende Pessoa.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo**

**Seção: Mercado**

**Autor: FABIANO MAISONNAVE - DE MANAUS**

**Título: AM autoriza garimpo ao longo do rio Madeira**

Licenças vêm após ataques de outubro

Um mês e meio depois dos ataques a escritórios e carros do Ibama e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) em Humaitá (700 km a sul de Manaus), o governador Amazonino Mendes (PDT) concedeu licenças ambientais a cooperativas da região, onde o ouro é extraído ao longo do rio Madeira.

No final de outubro, uma operação liderada pelo Ibama contra o garimpo ilegal em trechos do rio que atravessam unidades de conservação e terras indígenas destruiu 31 balsas de extração de ouro. Revoltados, centenas de garimpeiros incendiaram os prédios públicos.

Na prática, essas licenças agora impedem os órgãos fiscalizadores federais de destruir as balsas na região, um dos principais instrumentos no combate a ilícitos ambientais na Amazônia.

As licenças foram entregues a duas cooperativas por Amazonino durante cerimônias em Manicoré e em Humaitá, na terça (12). As concessões ocorreram após a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental, segundo a Secretaria de Meio Ambiente (Sema).

"Só aqui, em Humaitá, quase 6.000 pessoas vivem do garimpo. E os recursos do garimpo marginalizado, escondido, fora da lei, os recursos que são muitos milhões de reais, de ouro, se tornam clandestinos, não fica nada para a cidade,



para a população e continua a poluição de forma desvairada no rio", afirmou Amazonino.

Antes da decisão, todas as licenças ambientais no Madeira estavam vencidas porque as cooperativas não vinham cumprindo o o artigo 11 da resolução 14, de 2012, do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cemaam), que determina que os resíduos de mercúrio devem ser colocados em recipientes fechados e entregues em locais determinados pelo governo.

Em resposta por escrito à Folha, o secretário-executivo da Sema, Adilson Cordeiro, disse que o licenciamento é atribuição do Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas), sem necessidade de aval do conselho. Os ataques seriam uma "situação isolada".

Agora, afirma, as cooperativas são obrigadas a contratar estudos e a informar, a cada três meses, os "níveis de contaminação por mercúrio em peixes, plantas aquáticas [...] e nos garimpeiros", e outras exigências.

Para o especialista em recursos pesqueiros da ONG WCS Brasil Guillermo Estupinán, as licenças ambientais foram concedidas sem estudos e discussões suficientes no Cemaam, que reúne representantes da sociedade civil, do governo estadual e do governo federal.

"Sentimos falta de mais conhecimento sobre o impacto das dragas e do mercúrio no leito do rio quanto à transformação da sua paisagem e a presença de mercúrio nos organismos aquáticos, muitos deles de consumo humano, e também sobre os impactos socioeconômicos."

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Energia eólica pode reduzir custo do setor elétrico

O custo de operação do sistema elétrico brasileiro, rateado por todos os consumidores, pode sofrer uma redução de 36% no subsistema Sudeste/Centro-Oeste e de 82% no Nordeste, se forem adotadas modificações no modelo computacional de formação de preços, utilizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A conclusão faz parte de estudo inédito feito pela Comerc Energia, especializada em comercialização de energia.

A questão é técnica. Na prática, o estudo altera a forma de representação da fonte eólica no "Newave", modelo matemático computacional oficial utilizado pelo ONS para projetar a programação mensal de operação do sistema,

definindo o custo marginal de operação e, conseqüentemente, a quantidade de energia termelétrica terá que ser produzida no período.

No modelo atual, a energia eólica projetada é abatida da carga de forma determinística, não representando a incerteza na produção de energia dos parques eólicos. A projeção é feita com base em uma média de geração eólica nos últimos cinco anos.

O trabalho da Comerc tratou a energia eólica de forma diferente, fazendo uma representação estocástica da geração eólica a partir de dados históricos reconstruídos de velocidades de vento de 16 coordenadas do Brasil, especialmente nas regiões Nordeste e Sul. Os valores de velocidade de vento foram transformados em energia eólica por meio de curvas de potência de turbinas. As usinas eólicas, então, foram representadas no Newave como se fossem hidrelétricas a "fio d'água" (usinas sem reservatórios de acumulação de água). O estudo utilizou como base os dados do Newave oficial de agosto de 2016.

Por meio dessa metodologia, foi identificada, e reproduzida no Newave, a forte complementariedade entre as fontes eólica e hidrelétrica. Ou seja, durante o período seco, quando o nível dos reservatórios e a produção de energia das hidrelétricas são reduzidos, é justamente quando as usinas eólicas têm a sua maior geração. Esse fator resulta em um custo marginal de operação mais baixo e uma necessidade menor de acionamento termelétrico.

"A geração eólica maior em momentos críticos de hidrologia, dada pela sua complementariedade com a hidráulica identificada nas simulações deste estudo, não apenas contribui para reduzir os custos marginais, como traz o benefício de atenuar a sua volatilidade, reduzindo-se os despachos térmicos e mantendo a segurança na oferta de energia", diz Juliana Chade, gerente de Estudos de Mercado da Comerc na conclusão do estudo, que foi tema da tese de doutorado da especialista, aprovada na Universidade de São Paulo (USP).

Segundo Juliana, a principal contribuição do estudo é apresentar um diagnóstico sobre a necessidade de aperfeiçoamentos na forma de representação da energia eólica no Newave.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

**Título:** Chineses e indianos podem dominar leilão de transmissão

O leilão de transmissão de energia de amanhã, que vai licitar 11 lotes e envolver até R\$ 8,7 bilhões em investimentos, pode ser mais uma disputa marcada por grande competição e também pela entrada de novos investidores estrangeiros. Indianos prometem ser destaque, assim como os chineses, que devem olhar os ativos que vão escoar a energia da megahidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA) para a região Nordeste.

Segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, depois do leilão de abril deste ano, que contratou R\$ 12,7 bilhões, a tendência é de que o certame desta sexta-feira repita o desempenho positivo, apesar de algumas mudanças nas taxas de retorno e nas condições de financiamento. Entre as empresas cotadas para participar do leilão estão Engie Brasil Energia, Taesa, ISA Cteep, Equatorial Energia, Copel e EDP Energias do Brasil.

A gigante chinesa State Grid, que está concluindo a construção do primeiro linha que fará o escoamento da energia de Belo Monte para o Sudeste, em parceria com a Eletrobras, também está se preparando para o leilão. Ao **Valor**, a empresa afirmou que tem interesse em participar da concorrência e está "avaliando todos os lotes ofertados". No mercado, o comentário é que a chinesa vai apostar as fichas nos empreendimentos situados próximos das obras do linha, gerando ganho de escala para a companhia.

É o caso dos lotes 3 e 4, que envolvem investimentos estimados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de, respectivamente, R\$ 2,78 bilhões e R\$ 1,35 bilhão, e visam solucionar o escoamento de Belo Monte.

Outro lote que pode atrair a atenção dos chineses, devido ao porte maior, é o 1, que fica no Paraná, e envolve R\$ 2,017 bilhões em investimentos e 1.146 quilômetros de extensão. A Copel, no entanto, sai em vantagem neste caso, devido à localização dos projetos na região de sua maior expertise.

Além dos chineses, os indianos também prometem forte presença no certame. A Sterlite Power Transmission foi a dona do maior deságio no leilão de abril deste ano, roubando a cena ao oferecer receita anual permitida (RAP) de R\$ 34,5 milhões no lote 10, com deságio de 58,87%. O presidente global da companhia, Pratik Agarwal, se reuniu ontem com **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**. Também declararam ter forte interesse no certame as indianas Adani Transmission Limited India e a Power Grid Corporation.

"Acredito que há espaço para grande competição, as condições dessa vez são praticamente as mesmas de abril", disse a advogada Ana Karina de Souza, sócia de Infraestrutura do Machado Meyer.

A Aneel reduziu o custo médio ponderado de capital (Wacc, na sigla em inglês) do leilão para 9,5%, ante a taxa de 10,6% aplicada na disputa de abril. Em relatório, o Bradesco BBI classificou a taxa ainda como atrativa. Considerando as receitas máximas estabelecidas pelo regulador, a taxa real de desconto dos projetos pode chegar a 10%, ligeiramente abaixo da vista no início do ano, calcularam os analistas Francisco Navarrete, Bruno Arruda e Victor Oliveira.

Para Thais Prandini, diretora-executiva da consultoria Thymos Energia, a redução do Wacc pode reduzir a margem para que os competidores ofereçam deságios em relação à receita máxima. "Mas ainda assim a competição será grande", disse.

Enquanto o Wacc ficou menor, o BNDES flexibilizou as condições de financiamento para esse leilão. Diferentemente das condições aplicadas para os últimos dois leilões, em que o banco negociou financiamento para os setor de transmissão a taxa de mercado, agora o investidor poderá escolher entre IPCA e TLP. Além disso, com relação ao financiamento de máquinas e equipamentos, o cliente poderá optar pelo financiamento em TJLP, além de TLP e IPCA.

A Engie, que confirmou ao **Valor** a participação no certame, deve considerar o uso do BNDES, pois o custo do banco está próximo ao de mercado. O presidente da companhia, Eduardo Sattamini, não revelou quais os lotes que despertam maior interesse da elétrica. "As preferências, como no leilão anterior, são por lotes onde temos alguma vantagem competitiva, ou seja, operações próximas, conhecimento específico, etc", afirmou.

Mantendo seu perfil de discrição, a Equatorial Energia demonstrou interesse pelo leilão de sexta-feira, mas não detalhou sua estratégia para o certame. A parceira da Equatorial no certame de transmissão de outubro do ano passado, no qual a elétrica contratou cerca de R\$ 3 bilhões em investimentos, foi a Andrade Gutierrez, que também está se estruturando para a concorrência dessa semana, negociando pré-contratos com alguns investidores. A empresa, porém, não revelou se terá nova parceria com a Equatorial. "Nosso time de engenharia estudou bastante os projetos e estamos entrando com players importantes. E temos muita ciência de que o preço que daremos é competitivo", disse o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Andrade Gutierrez Engenharia, Gustavo Coutinho.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

**Título:** TPG vence disputa por ativos operacionais da Abengoa

A novela em torno da recuperação judicial da espanhola Abengoa, que já dura quase dois anos, ficou mais próxima de um fim ontem, com ganhos para os credores. O fundo americano TPG (antigo Texas Pacific Group) levou as sete linhas de transmissão em operação da Abengoa no leilão judicial realizado ontem, ao oferecer R\$ 482,5 milhões, além da assunção de R\$ 1,3 bilhão em dívidas. Com isso, a dívida da companhia, que está em recuperação judicial desde janeiro do ano passado, cairá pela metade.

O montante, que será destinado aos credores, é maior que o previsto no plano homologado em novembro. Inicialmente, o fundo americano tinha feito uma oferta vinculante de R\$ 400 milhões pelos ativos, que serviu de referência para o leilão judicial. A gestora de Verti Capital chegou a fazer um lance de R\$ 477 milhões, cobrindo o TPG. O leilão foi suspenso, e, no retorno, o fundo americano apresentou a nova oferta, que foi declarada vencedora e marca a entrada definitiva da gestora no setor de transmissão de energia do país.

O TPG ficará com as sete linhas de transmissão, que somam 3.500 quilômetros de extensão e receita anual permitida (RAP) de R\$ 476 milhões. Como a Abengoa não tem 100% delas, a receita proporcional dos ativos é de R\$ 267 milhões. Foram investidos R\$ 4,9 bilhões na construção das linhas.

A venda das linhas operacionais é a principal fonte de entrada de recursos para que a companhia pague os credores. O plano de recuperação, que foi homologado pela 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 9 de novembro, prevê ainda a venda do Hospital da Zona Norte de Manaus, que inclui uma dívida de R\$ 149 milhões, e poderia ser vendido por R\$ 143 milhões, caso seja resolvido um problema com o governo do Amazonas que está impedindo a operação do hospital.

Para o saldo remanescente da dívida, a Abengoa contava com a venda de nove linhas de transmissão em construção, cujas obras estão paralisadas desde novembro de 2015, quando a controladora da companhia pediu proteção contra credores. A juíza Maria da Penha Nobre Mauro, responsável pela recuperação judicial da companhia, havia acatado um pleito da companhia permitindo que os ativos fossem licitados seguindo o modelo dos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Assim, seriam mantidos os contratos com credores e fornecedores dessas linhas de transmissão.

A Aneel, porém, declarou a caducidade desses ativos, e algumas das linhas já foram incluídas no leilão marcado para amanhã. A companhia recorreu, mas a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) acolheu os argumentos da União e do regulador e decidiu que essas linhas não estão sujeitas à recuperação judicial. A decisão consolidou o cenário de caducidade

vigente, reduzindo os riscos relacionados com questionamentos judiciais que a Abengoa possa fazer em relação ao leilão de amanhã.

A companhia pretende recorrer da decisão. O **Valor** apurou que uma possibilidade não descartada é entrar na Justiça pedindo indenizações pela parcela de R\$ 1,5 bilhão investida nesses ativos. Outra opção seria vender ativos das concessionárias.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Finanças

**Autor:** Carolina Mandl e Fernando Torres | De São Paulo

**Título:** Petrobras capta R\$ 5 bi com IPO da BR Distribuidora

A Petrobras deve levantar R\$ 5,02 bilhões com a venda de 29% das ações da BR Distribuidora em oferta pública de ações definida ontem, incluindo o lote suplementar. Cada ação da distribuidora de combustíveis, que reestrea na B3 no dia 15, será vendida a R\$ 15, no piso da faixa indicativa de preço, que ia até R\$ 19. No cenário mais otimista, a operação teria movimentado R\$ 7,47 bilhões.

A venda de R\$ 4,36 bilhões já foi assegurada. E outros R\$ 655 milhões se referem ao lote extra que pode ser vendido pelos bancos coordenadores da operação nos próximos dias, no período de estabilização de preço. Apesar de ter saído no piso, o volume deve tornar essa a maior abertura de capital realizada na bolsa brasileira desde 2013. A oferta atraiu uma demanda dos investidores de 2,5 vezes a quantidade de ações colocadas à venda, sendo 70% de estrangeiros e 10% do varejo, segundo o **Valor** apurou.

A BR acabou vendida com desconto em relação aos competidores, algo comum entre companhias estatais. Contudo, também pesou para a menor avaliação da empresa o fato de os investidores saberem que a Petrobras precisava vender o ativo para cumprir seu plano de desinvestimentos.

O preço por ação deixa a BR avaliada em R\$ 21,3 bilhões pelo critério de valor de empresa - que inclui na conta a dívida financeira líquida de R\$ 3,9 bilhões.

Esse número equivale a 7,1 vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da BR nos últimos 12 meses, que somou R\$ 3 bilhões.

O múltiplo, conhecido como EV/Ebitda, representa um desconto de 38% na comparação com o da Ultrapar, dona da Ipiranga, que tinha valor de empresa de R\$ 47,4 bilhões ontem, equivalente a 11,5 vezes seu Ebitda nos últimos 12 meses.

Os R\$ 5 bilhões da oferta, descontados os custos e comissões dos bancos, são recursos que vão para o caixa da Petrobras com a venda de parte de suas ações na distribuidora. A BR Distribuidora faz parte do rol de ativos que a Petrobras colocou à venda dentro do seu programa de desinvestimentos, com o qual pretende alcançar US\$ 21 bilhões entre este ano e 2018.

Para a Petrobras, porém, não é só esse dinheiro que está na conta com a separação e venda parcial da subsidiária. A companhia também tem a expectativa de que a BR Distribuidora se valorize na bolsa de valores daqui para a frente, o que fará com que a Petrobras seja dona de um ativo mais valioso.

O risco de ingerência política, embora aparentemente sanado no momento, permeou toda a oferta, dado que não há controle sobre o direcionamento que futuros governos possam querer dar para a companhia estatal. No passado, por exemplo, ela perdeu bilhões de reais com a inadimplência na venda de combustíveis para distribuidoras de energia na região Norte.

Para atrair investidores para a BR Distribuidora, a Petrobras introduziu na companhia uma série de mudanças na governança corporativa com o objetivo de protegê-la de eventuais abusos do controlador no futuro.

Entre as novas regras do estatuto social da BR Distribuidora está a previsão de que pelo menos metade das dez vagas do conselho de administração seja ocupada por integrantes independentes - ou seja, por pessoas que não tenham outro cargo na própria companhia ou relação direta com a Petrobras ou com a União.

Esse percentual de integrantes independentes supera o mínimo de 20% exigido pelo regulamento do Novo Mercado, segmento especial de governança corporativa no qual a BR Distribuidora estará listada.

A companhia também passará a ter um comitê de minoritários para fazer a análise prévia de transações entre a BR Distribuidora e partes relacionadas, como a Petrobras e a União.

A gestão do dia a dia da companhia também passou por mudanças. Depois de um processo de recrutamento conduzido pela Korn Ferry, a BR Distribuidora contratou um novo diretor financeiro. Em agosto, Rafael Grisolia, com 20 anos de experiência no setor de combustíveis, com passagens por empresas como Esso e Cosan Combustíveis, foi eleito para o cargo.

Nas apresentações a investidores, o principal garoto-propaganda da BR foi Ivan Monteiro, diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras. Além da distribuidora, Monteiro esteve à frente de outro IPO gigante, o da BB



Seguridade, que movimentou R\$ 11,5 bilhões em 2013. À época, ele era vice-presidente financeiro do Banco do Brasil.

Segundo uma fonte disse ao **Valor**, uma leitura que se procurou enfatizar na conversa com investidores é que os números antigos da BR são de uma gestão ineficiente e que também vinha sofrendo as consequências da indefinição dos últimos anos, que chegou a envolver um plano abortado de venda de controle. Conforme o relato, contratos de comerciais de prazo maior vinham sendo evitados.

Uma gestão melhor poderia aproximar a margem operacional da BR, hoje de 3,5% sobre a receita líquida, da obtida pelas concorrentes Ipiranga e Raízen, que varia entre 4% e 5%.

Em artigo recente, Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, e Marcos Pinto, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ambos sócios da Gávea, criticaram o modelo da oferta da BR na condição de empresa de economia mista. "O governo está lançando uma oferta pública, que será subscrita pelo mercado com um significativo desconto, enquanto o controle da companhia continuará pertencendo à União, com todos os problemas que isso acarreta."

O consórcio de bancos que coordenou a oferta foi formado por Citi, Bank of America Merrill Lynch, BB Investimentos, Bradesco BBI, Itaú BBA, J.P. Morgan, Morgan Stanley e Santander. Eles devem repartir uma comissão próxima de R\$ 100 milhões.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Finanças

**Autor:** Nathália Larghi e Álvaro Campos | De São Paulo

**Título:** B3 eleva previsão de ganho de sinergia com fusão

Antes do esperado, a B3 começará a capturar as sinergias da fusão entre a antiga BM&FBovespa e a Cetip, já a partir do ano que vem. A empresa anunciou ontem que conseguirá, entre 2018 e 2020, uma economia de despesas, de R\$ 100 milhões, algo inicialmente projetado só para 2020. Para depois de 2020, a B3 prevê um benefício de R\$ 110 milhões.

A captura de sinergias de despesas, segundo uma apresentação no site da empresa, virá principalmente de ajustes no pessoal, item que será responsável por 80% dos ganhos. Integração tecnológica de plataformas, consolidação de data center - que até 2021 passarão de 10 para três unidades -, melhoria na eficiência de processos internos, racionalização da estrutura predial e



renegociação de contratos também influenciarão neste resultado. Procurada pela reportagem, a B3 não comentou o assunto. A empresa, no entanto, afirmou que espera repassar parte do ganho capturado aos clientes.

Após o comunicado, o J.P. Morgan divulgou um documento em que dizia que a fusão estaria "apresentando resultados melhores do que o esperado inicialmente". Segundo o banco, 90% do processo de integração já foi concluído. A princípio, a estimativa para finalizar o processo era de 12 a 18 meses.

Em almoço com jornalistas na semana passada, o vice-presidente financeiro, corporativo e de relações com investidores da B3, Daniel Sonder, afirmou que a companhia conviveu bem com a fusão, mantendo números positivos e a distribuição de dividendos. "É incomum que uma companhia que faça uma fusão como fizemos mantenha a distribuição de dividendos como mantivemos. Queremos manter a distribuição", disse o executivo.

Na ocasião, ele ainda se comprometeu a diminuir a dívida para atingir o objetivo de chegar à relação de uma vez o valor total da dívida sobre o Ebitda em 2019. O compromisso foi reiterado no documento divulgado pela empresa.

A B3 informou que tem como alvo deliberar, anualmente, a distribuição de 70% a 80% do seu lucro líquido societário na forma de proventos aos seus acionistas, sujeito ao desempenho dos negócios, atingimento dos objetivos de redução de endividamento e deliberação do conselho de administração. O histórico de pagamento de proventos combinados da Cetip e da bolsa no site da empresa mostra que em 2015 a taxa era de 61,7% e em 2016, de 68,7%.

Ainda no fato relevante, a companhia afirmou que as despesas ajustadas em 2018 devem ficar entre R\$ 1,05 bilhão e R\$ 1,1 bilhão, mesmo intervalo anunciado para 2017. A conta de depreciação e amortização deve ficar entre R\$ 910 milhões e R\$ 980 milhões em 2018, incluindo amortização de intangíveis e mais valia. Os investimentos devem ficar entre R\$ 220 milhões e R\$ 250 milhões.

A B3 também informou que a partir do dia 18 de dezembro seu nome de pregão passará a ser B3, em substituição a BMFBOVESPA. Após 26 de março de 2018, as ações de emissão da empresa serão negociadas sob o novo código B3SA3, que substitui BVMF3.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Curtas

## Cemig perde no STJ

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o pedido da Cemig para prorrogar o controle da Usina de São Simão, em Minas Gerais. A empresa havia entrado com mandado de segurança para prorrogar a concessão, que venceu no início de 2015. A decisão foi unânime. A empresa pretende recorrer. No mandado de segurança, a Cemig alega que a prorrogação por 20 anos estaria estabelecida no contrato de concessão. O relator, ministro Benedito Gonçalves, apenas negou o pedido, sem leitura do voto. Os demais ministros seguiram o relator. A ministra Assusete Magalhães afirmou que participou do julgamento do precedente e a situação é a mesma.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Finanças

**Autor:**

**Título:** Destaques

## IPO da Neoenergia

Os acionistas da Neoenergia só devem tomar uma decisão sobre os rumos do IPO da elétrica hoje, depois do fim das reuniões com investidores em Nova York, segundo o **Valor** apurou. Iberdrola, Banco do Brasil (BB) e Previ (fundo de pensão dos funcionários do BB) são os donos da Neoenergia. Pelo cronograma da oferta inicial de ações, a companhia fixa o preço de seus papéis na noite desta quinta-feira. A transação vem encontrando resistência entre investidores, que pedem um desconto de cerca de 20% para comprar os papéis da elétrica. A faixa indicativa de preço vai de R\$ 15,02 a R\$ 18,52. Principal acionista vendedor de ações no IPO, o BB quer vender um pedaço de sua participação na Neoenergia com lucro. Por isso a aplicação de um desconto ao preço dos papéis é uma ideia que encontra resistência entre os sócios. **(Carolina Mandl e Camila Maia)**

## MME / ASCOM .